(IN)SEGURANÇA PÚBLICA: COLECIONADORES, ATIRADORES E CACADORES

Sistema de antecedentes criminais será usado no controle de armas para CACs

CNJ deve colocar no ar até o fim do ano ferramenta que permite consulta nacional sobre pendências judiciais

VINÍCIUS VALERÉ BRASÍLIA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pretende colocar no ar até o fim do ano um sistema que vai permitir uma consulta nacional de folhas de antecedentes criminais. A medida é um desdobramento de acões para corrigir o descontrole do Exército sobre o grupo de colecionadores de armas, atiradores desportivos e caçadores (CACs) exposto em relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU).

Como mostrou o Estadão em março, a Força Terrestre liberou armas para mais de 5,2 mil pessoas condenadas por crimes como tráfico de drogas e homicídio, o que a legislação proíbe. Uma parte dos registros foi possível porque os CACs apresentam documentação de um Estado onde não respondem a processos.

Nova atribuição

A partir de janeiro de 2025, registro e fiscalização de armas de CACs vão passar do Exército para a PF

Em nota divulgada na época, o Exército informou que recebeu o relatório preliminar do TCU e apresentou as manifestações "julgadas de interesse da Forca" no âmbito do processo, dentro do prazo determinado. "Vale ressaltar que trata-se de documento preparatório e de caráter sigiloso. Não cabem considerações a respeito do seu conteúdo. O Exército vem adotando todas as medidas cabíveis para aperfeiçoar os processos de autorização e fiscalização dos CAC", informou a Forca.

SISTEMAS. Hoje, os sistemas são descentralizados, não permitem uma consulta única, principalmente com relação a processos que correm na Justiça estadual. E o Exército não faz uma checagem nacional an-tes de conceder os chamados Certificados de Registro (CR) para os CACs.

O Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) tem informações sobre cumprimento de penas por pessoas condenadas, mas não inclui, por exemplo, dados de São Paulo, onde está a maior concentração de pessoas.

Já o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) contém dados de boletins de ocorrência registrados em apenas 19 Estados do País. Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo são alguns dos não incluídos.

A criação do sistema nacional de antecedentes pelo CNJ é uma iniciativa que tem sido articulada com o TCU e com a Polícia Federal, instituição que assumirá o controle e a fiscalização dos CACs a partir de 2025. A cúpula da polícia considera a medida fundamental para qualificar o controle de armas nas mãos de civis.

"Na atual gestão do ministro Luís Roberto Barroso foi aberto o projeto de criação de uma Folha de Antecedentes Nacional e esperamos até o fim do ano termos uma primei-ra versão em funcionamento", informou o CNJ.

A legislação não prevê procedimento para reconhecer e limitar solicitantes suspeitos. Contudo, a auditoria do TCU defende a adoção de mecanismos que possam servir a análises de risco e direcionamento de ações de fiscalização.

REFORÇO. A PF prepara uma reorganização interna para reforçar o setor responsável pelo controle de armas nas mãos de civis, A atual Divisão Nacional de Controle de Armas deve ser elevada à condição de coordenação-geral, subordinada diretamente à Diretoria de Polícia Administrativa.

A corporação também deve ter até o ano que vem um reforço de pessoal. Está prevista a realização de um concurso público para a contratação de 1.170 servidores administrativos para atender à nova demanda, além de ampliação de 700 profissionais no quadro terceirizado do órgão.

Houve, ainda, um pedido da PF feito ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos de um concurso para 1.002 policiais, entre delegados, agentes e psicólogos. O governo federal, no entanto, ainda não garantiu a realização desta seleção.

DELEGACIAS. Além disso, todas as 27 superintendências regionais da PF deverão ganhar uma delegacia específica para cuidar de armas. A estrutura atual nos Estados é dividida com a área que lida com produ-

Condenados e foragidos obtiveram licencas

Licencas

O Estadão mostrou no início de março que o Exército emitiu licenças de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) para condenados por crimes como tráfico de drogas e homicídio, pessoas com mandados de prisão em aberto e para cidadãos que podem ter sido usados como "laranjas" pelo crime organizado

Relatório

Os dados são de relatório sigiloso do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o controle de armas por parte dos militares entre 2019 e 2022. Com 139 páginas, é o mais completo "raio X" do período em que o então presidente Jair Bolsonaro (PL) incentivou a emissão de carteirinhas de CACs

No período, 5.235 pessoas em cumprimento de pena puderam obter, renovar ou manter os chamados certificados de registro (CR). Deste total,



Relatório expôs falta de controle na liberação de armas de fogo

1.504 tinham processos de execução penal ativos quando submeteram a documentação ao Exército, mas não foram barradas. Os demais foram condenados após pedirem o certificado, mas não tiveram a documentacão cancelada

Foragidos

A Força também liberou armas de fogo para 2.690 pessoas com mandado de prisão em aberto, ou seja, eram consideradas foragidas da Justica

Crimes

O documento do TCU listou os crimes mais comuns que renderam condenações aos CACs. Entre eles, homicídio, tráfico de drogas, lesão corporal dolosa, direção sob efeito de álcool, roubo, receptação e ameaca

'Laranias'

A auditoria do tribunal de contas alertou ainda para o risco de milhares de "laranjas" terem sido registrados como "atiradores" para providenciar armamento ao crime or-

Raio X

2,2 mil militares atuam hoje exclusivamente nos setores que cuidam da fiscalização de produtos controlados, em especial das armas de CACs

, mi servidores adcontratados pela PF - além de 700 profissionais no quadro terceirizado - para cuidar do registro e da fiscalização da categoria

R\$ 19.4 mi foi o valor do orçamento do Exército dedicado a registro e fiscalização de produtos controlados em 2022

898.3 mil foi o número de Certificados de Registros (CRs) de CACs no último ano do governo

5,2 mil pessoas em cumprimento de pena puderam obter, renovar ou manter os chamados certificados de registro (CR), entre 2019 e 2022, conforme relatório de auditoria do TCU

tos químicos. O objetivo da polícia com as mudanças é "especializar" a atuação para receber a nova atribuição. As superintendências já foram orientadas a mapear as estruturas que cada uma aponta como necessária para o novo serviço que deverá ser prestado.

"A instituição tem expertise em outras áreas de serviços administrativos, que são muito bem prestados, como com relação aos passaportes e ao controle de produtos químicos. Queremos e vamos utilizar essa experiência e essa cultura para o controle de armas", afirmou o delegado da PF Humberto Brandão, chefe da Divisão Nacional de Controle de Armas.

TRANSICÃO. A partir de janeiro de 2025, o registro e a fiscalização de armas dos CACs passará das mãos do Exército para a PF. As instituições estão trabalhando na transição do sistema. Hoje, a polícia já cuida das autorizações de posse e porte de armas para civis - dispositi-vos diferentes dos Certificados de Registro de CACs.

O Exército tem atualmente cerca de 2,2 mil militares atuando exclusivamente nos setores que cuidam da fiscalização de produtos controlados, em especial das armas dos

CACs. Apesar do contingente dedicado, o serviço é alvo de críticas pela qualidade e pela quantidade de fiscalizações.

Além da liberação de armas elo Exército para pessoas condenadas, a fiscalização ficou es-tagnada a uma faixa de cerca de 3% deles, com a redução do orçamento, mesmo com o crescimento exponencial do total de atiradores verificado no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Enquanto o número de CACs cresceu quase cinco vezes durante a gestão passada, a verba empenhada pelo Exército para fiscalizar as armas de fogo e os registros desses atiradores caiu 37% no mesmo período. O grupo se tornou o maior segmento armado do País. superior ao conjunto de pessoal ativo de todas as polícias militares e Forças Armadas.

Na PF, a avaliação é a de que o órgão assumirá atribuição complexa e o resultado precisa ser melhor. Em que pese a garantia de pelo menos mais 1.9 mil pessoas, entre administrativos e terceirizados, a corporação acredita que será útil na transição a experiência que iá possui com servicos de emissão de passaportes, controle de produtos químicos e autorizações para porte de arma. •